

Se quiser receber diretamente estes estudos envie uma mensagem para edr2@netcabo.pt

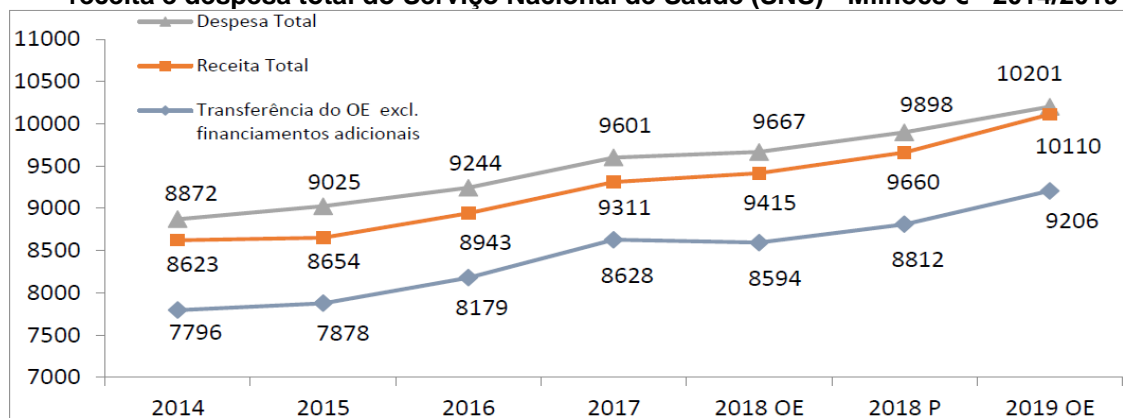
O SUBFINANCIAMENTO DO SNS VAI CONTINUAR EM 2019: o aumento real das transferências do Orçamento para o SNS em 2019 é apenas de 262 milhões € e não de 612 milhões € como diz o governo, e a dívida do SNS aos privados deve ser superior a 1.500 milhões no fim de 2018

As dificuldades financeiras do SNS vão aumentar ainda mais em 2019, contrariamente ao que diz o governo e, conseqüentemente, as dificuldades dos portugueses em ter acesso a serviços públicos de saúde, enormes em 2018, vão se agravar ainda mais em 2019.

E isto porque as transferências do OE para o Serviço Nacional de Saúde serão em 2019, de acordo a informação disponibilizada pelo Ministério da Saúde aos deputados, aquando do debate do Orçamento do Estado para 2019, manifestamente insuficientes para cobrir as despesas do SNS, e impedir o seu contínuo e crescente endividamento aos fornecedores privados que depois se aproveitam, cobrando preços mais elevados, ao SNS e aumentando, também desta forma, as dificuldades do SNS. Tal situação é agravada pelas greves no SNS do tipo da atual dos enfermeiros dos blocos operatórios, que obrigam o SNS a pagar a hospitais privados a realização de cirurgias que se deixam de fazer no SNS. Não deixa de ser insólito que nunca se façam greves no setor privado da saúde onde a exploração e as condições de trabalho dos profissionais é grave e onde o negócio privado da saúde e a concentração no setor está em grande expansão.

É tudo isto que vamos provar utilizando os próprios dados que o governo disponibilizou aos deputados aquando do debate do OE-2019. Para isso, observe-se o gráfico seguinte que transcrevemos do documento distribuído aos deputados pelo governo.

Quadro 1 – Evolução das transferências do Orçamento do Estado (OE) para o SNS, da receita e despesa total do Serviço Nacional de Saúde (SNS) - Milhões € - 2014/2019



Fonte: Ministério da Saúde

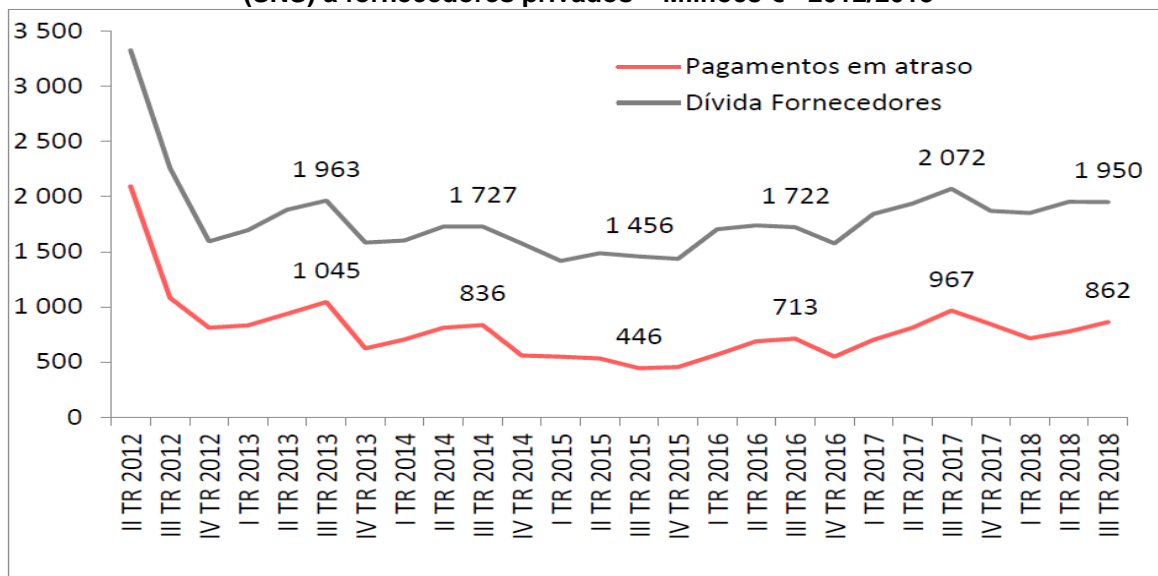
Quem oiça o governo sobre o SNS, ficará com a ideia que, em 2019, o SNS receberá do Orçamento do Estado mais 612 milhões € do que em 2018. No entanto, isso não é verdade. O aumento verdadeiro será apenas 394 milhões €, ou seja, menos 218 milhões € do que o apregoado pelo governo. E mesmo este se retirarmos o aumento das despesas com pessoal (131,6 milhões € para progressões da carreira e contratação de profissionais) reduz-se significativamente, pois ficam apenas 262,4 milhões €. A pergunta que se coloca é esta: Como é que o governo obtém o milagre dos 612 milhões € de que fala? Para compreender a artimanha do governo, observe-se a linha azulada (a 1ª a contar de baixo para cima) do gráfico anterior. Para obter os 612 milhões €, o governo compara o valor de transferência previsto no orçamento inicial de 2019 (9.206 milhões €), não com o valor total transferido e gasto em 2018 para o SNS (8.812 milhões €), mas sim com o valor do Orçamento inicial de 2018 que era 8.594 milhões €, um valor que se sabia que era insuficiente. É uma habilidade de “chico esperto” para enganar a opinião pública.

O SNS VAI TERMINAR 2019 COM UMA ENORME DÍVIDA QUE AGRAVA AS DIFICULDADES

O aumento efetivo das transferências do OE para o SNS em 2019, quando comparada com a transferência efetiva de 2018, é apenas de 262,4 milhões €. É o que fica para o SNS pagar dívidas, aumentos de consumos e de preços. E a dívida do SNS a fornecedores privados é enorme como se conclui do gráfico 2. E isto porque devido ao subfinanciamento que se verifica todos os anos (e 2019 será mais um ano) os hospitais públicos para poderem funcionar têm que se endividarem enormemente.

Eugénio Rosa – economista – mais estudos disponíveis em www.eugeniorosa.com pág. 1

Gráfico 2 – Evolução da dívida e dos pagamentos em atraso do Serviço Nacional de Saúde (SNS) a fornecedores privados – Milhões € - 2012/2018



FONTE: ACSS – Ministério de Saúde

Os dados do gráfico 2 são do governo. Segundo eles, entre o 3º Trim.2015 e o 3º Trim. 2018, portanto já com o atual governo, a dívida total do SNS a fornecedores privados aumentou de 1.456 milhões € para 1.950 milhões € (+506 milhões €), e os pagamentos em atraso, ou seja, a dívida com mais de 60 dias, subiu de 446 milhões € para 862 milhões € (+ 416 milhões €). É de prever que no fim de 2018, a dívida do SNS a fornecedores privados seja superior a 1500 milhões €. Comparece-se este valor com o aumento das transferências efetivas em 2019, quando comparadas com as de 2018: apenas mais 262,4 milhões €, um reforço insuficiente, para as necessidades do SNS. É evidente que se é obrigado a concluir, face a estes dados, que as condições de funcionamento do SNS, de trabalho e de vida dos profissionais de saúde vão se agravar imenso em 2019, criando à população cada mais dificuldade ao acesso aos serviços de saúde. Enquanto isto sucede com o SNS o negócio dos grandes grupos privado de saúde (LUZ, José Melo Saúde, Trofa, Lusíadas, HPA) prospera à custa também do público (SNS, ADSE, etc.).

E isto porque a juntar às dificuldades financeiras crescentes do SNS devido ao subfinanciamento crónico há ainda a acrescentar a promiscuidade público-privada a que ele está sujeito e o corrói por dentro com autêntico “cavalo de troia”. A promiscuidade público-privada não se limita, como muitos pretendem fazer crer, à entrega da gestão de unidades públicas de saúde a grupos privados de saúde (as chamadas PPP), como acontece com os Hospitais de Loures, Cascais, Vila Franca de Xira e Braga. A promiscuidade público-privada inclui também a dos profissionais de saúde (médicos, enfermeiros, etc.) que trabalham simultaneamente no SNS e nos hospitais dos grandes grupos privados de saúde (LUZ, José Melo Saúde, Lusíadas, Trofa, HPA), mas ninguém tem a coragem de enfrentar este grave problema que destrói o SNS, pois tem-se medo. A prova recente disso está no facto das propostas de nova Lei de bases de saúde, apresentadas pelos diferentes partidos políticos e pelo governo, continuarem a ignorar esta questão vital para garantir a sustentabilidade do SNS e a prestação de cuidados de saúde de qualidade a todos os portugueses. Parafraseando o ditado popular ninguém pode servir bem dois “deuses: o SNS, que tem como objetivo obter ganhos de saúde para os portugueses, e o negócio privado da saúde cujo objetivo principal é obter lucros para os acionistas privados. Os profissionais de saúde devem ter a liberdade de escolha entre o público e o privado, mas não devem ter a liberdade para estar simultaneamente nos dois pois, a continuar, o SNS será destruído (corroído) por dentro, por mais dinheiro que se “despeje” nele, já que a boa gestão e a utilização eficiente dos recursos que tem como origem os impostos pagos pelos portugueses estará sempre comprometida. Em contrapartida da exclusividade a exigir, deve-se oferecer aos profissionais de saúde uma carreira digna e salários dignos o que atualmente não acontece.

Eugénio Rosa – economista – edr2@netcabo.pt – 8-12-2018